

ATA DA 14ª. ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA – BIÊNIO 2019/2020 DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA  
REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 2020.

Aos onze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, às nove horas e trinta minutos, em segunda chamada, realizou-se a Décima Quarta Assembleia Geral Ordinária – biênio 2018/2020 do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, no Auditório do Parque Zoobotânico Orquidário Municipal de Santos – Praça Washington s/nº. – José Menino – Santos – SP., com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 13ª. Assembleia Geral Ordinária. 2 – Câmaras Técnicas do COMDEMA. 3 – Apresentação de estudo de regularização fundiária do bairro de Caruara; 4 – Assuntos Gerais. Compareceram os seguintes representantes: Srs. (as). Viviane Amaral Ferreira e João Cirilo Wendel (SEMAM I), Marcio Gonçalves Paulo e Marcus Fernandes (SEMAM II), Marcos Pellegrini Bandini (SESEG), Fatima Faleco Dias (SEDUC), Alexsander Guedes (SEMES), Valéria Cesar da Costa (SETUR), Rodrigo Garcia Mehringer de Azevedo (SEDS), Carla Pupin e Eliana Mattar (SEDURB), Rodrigo Cavaleiro (SECULT), Ana Paula Machado (COHAB), Pompeu Oliveira Cavalcante (PRODESAN), Carlos Marques (CET), Vivian Fernanda Mendes Merola (UNISANTOS), Maria Fernanda Palanchi (UNIMONTE), Elenilda Pereira da Silva (AEAS), Fábio Antônio Boturão Ventriglia (SIND. QUÍMICOS), Luciana Schlindwein Gonzalez (OAB), José Roberto Santos Fernandes (ASSOC/SURF), Renato Prado e Ibrahim Tauil (CONCIDADANIA), e Rosa Cristina Nascimento (SABESP – Observador especial). Ausências justificadas: SIEDI, SEGOV, ACS, CIESP, EPUSP, UNISANTOS, ONG Vidas e Recicladas Rosa Cristina Nascimento (SABESP – Observador especial). Ausentes: SEFIN, SECOM, SESERP, SAPIC, SMS, UNIMONTE, UNISANTA, CIESP, CREA, ABES, Instituto MARAZUL, ACRIS e Diretório Acadêmico – UNIP. Convidados: Srs.(as) Marcos Libório (Secretário de Meio Ambiente de Santos), Promotor de Justiça do MP/SP - Dr. Adriano Andrade de Souza, Eduardo Hosakawa Kimoto (SEMAM/CMMC), Wagner M. de Sá, Carlos Eduardo Salles, Márcia Mem de Sá, Robson Alonso, Sidnei Gomes, Noé Junior, Geovane da Silva, Anderson Peixoto, Danilo, Ronaldo Campos, Adilson Peixoto (municípios do bairro de Caruara), Éder Santana (SEMAM), José Alberto Iglesias (SUP/AC - SESERP), Cibele Coelho Augusto (SEMAM), Annie A. Teixeira (SEMAM), Greicilene R. Pedro (SEMAM), Laura Pessoa (SEMAM), Daniel Nakagima (Gabinete do Vereador Benedito Furtado - Câmara Municipal de Santos) e Neuza Marques (município). O Presidente deu início à Assembleia cumprimentando todos os presentes. No item 1, perguntou se teriam algo a opor à Ata enviada por e-mail para leitura prévia, não houve oposição e esta, que foi aprovada por unanimidade. No item 2, o Presidente informou de recebimento de parecer sobre o contrato de Coleta Seletiva do município, assinado pela Sra. Luciana em nome dos coordenadores das Câmaras Técnicas do COMDEMA, sendo este, anexado a um ofício e encaminhado na data de hoje a Secretaria de Meio Ambiente

(SEMAM). No item 3, foram apresentados relatórios técnicos e fotográficos sobre o estudo de regularização fundiária do bairro de Caruara, elaborados pela Sra. Carla Pupin (SEDURB) responsável pela coordenação da regularização fundiária no município de Santos, que participou que neste bairro há o cadastramento de 1.089 imóveis (construídos) e que a regularização fundiária está dividida em 04 núcleos (áreas). Sr. Marcos Bandini (SESEG/Defesa Civil/geólogo) salientou que Caruara localiza-se em uma região extremamente dinâmica (sofrendo influência do mar), explanou sobre fenômenos que incidem na região. Participou que a preocupação da Defesa Civil é trazer informações já documentadas seguindo o que está preconizada no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Ressaltou que em determinados usos, podem sim, potencializar os riscos que acometem sobre Caruara. Sra. Mabel Fernandes (SEMAM) explanou sobre a Carta Ambiental de 2013 (características ambientais (vegetação, desenvolvimento urbanístico e cursos d'água) e a legislação), explicou a importância desta, na elaboração do relatório do estudo de regularização fundiária do bairro do Caruara. Destacou que foram divididos 04 setores; setor 1, (consolidações urbanísticas) com 93 lotes (em Área de Preservação Permanentes – APP (margem de preservação de 30 m), sendo que destes, 34 lotes estão em APP de 15 m; setor 2, (onde passa o Rio Macuco) com 50 lotes (tem contato com faixa de APP) sendo que destes, 26 estão em APP de 15 m; setor 3, com 20 lotes em encostas com curso d'água, sendo 07; setor 04 (mangues preservados) com 32 lotes (tem contato com a faixa APP) sendo que destes, 17 estão em APP de 15 m. Encerrada apresentação o Presidente comunicou que a Câmara Técnica de Legislação se reunirá com os técnicos que efetuaram a apresentação (SEDURB, SESEG/DEFESA CIVIL e SEMAM) para análise do material e posterior elaboração de parecer técnico a ser apresentado e votado na próxima reunião do COMDEMA. Na sequência foram abertas perguntas. O Presidente, informou que a reunião do COMDEMA não é uma audiência pública e que conforme o regimento interno só tem voz os conselheiros de cada seguimento com representação no COMDEMA. Os visitantes presentes reclamaram que foram convidados a participar da reunião por um vereador e requisitaram serem ouvidos, apesar do procedimento não ser previsto no regimento, levando-se em consideração a situação excepcional da regularização fundiária e, por não haver nenhuma discordância dos Conselheiros presentes, o Presidente passou a palavra ao Sr. Robson Alonso que inteirou ser residente de Caruara exercendo profissão de corretor de imóveis no bairro, salientando que os moradores não participam das decisões referente a regularização fundiária, sendo estes, os maiores interessados. Perguntou que desde quando foi solicitado a Defesa Civil o estudo da regularização fundiária. Contestou a distância citada para área de APP e reforçou a necessidade da alteração da legislação em vigor. Questionou a Carta Ambiental, pois precisa ser retificada considerando-se as raízes do local (da região) através de vistas de campo tanto da SEMAM quanto das demais Secretarias envolvidas no processo da regularização fundiária. Apontou que o número de residências cadastradas informado pela SEDURB é divergente. Sr. Marcos Bandini informou que os

registros da Defesa Civil se iniciaram a partir da revisão do Plano Diretor no ano de 2013, frisou que a responsabilidade da Defesa Civil é contribuir quanto a segurança da comunidade. Sra. Mabel informou que quanto a distância, o município trabalha baseado na legislação do Estado e do Código Florestal no qual cita em seu art. 4, "Que é rios até 10 metros", e se tem contribuição de curso d'água natural, é considerado área de APP e participou que SEMAM através de seus técnicos, realiza visitas de campo para andamentos dos estudos, pois estes, não param. Ressaltou que a SEMAM é pioneira nos estudos dos processos de Mudanças climáticas, e que a mudança destes, não pode ser negada, pois estão se intensificando com chuvas constantes e intensas. Sra. Carla informou que a Prefeitura realizou plantões em Caruara para entrevistar os moradores locais e após esta, encaminhou ofício ao Sr. Robson com o resultado da entrevista, constando o número de imóveis cadastrados (1.089) e o número de pessoas entrevistadas (1.713), sendo que alguns não forneceram qualquer documentação. Sr. Marcos Libório participou que a regularização fundiária do bairro do Caruara ocorre há 22 anos, e está avançando, tendo como objetivo levar saneamento e infraestrutura trazendo ao bairro as melhorias que necessita. Destacou que a SEDURB, SESEG/DEFESA CIVIL e SEMAM trouxeram ao COMDEMA as informações perante a lei, para que este possa sinalizar se é ou não passível de regularização ou melhorias. Dr. Adriano Souza participou que umas das coisas que o Ministério Público está cobrando das prefeituras é que não trabalhem com históricos anteriores, devido às mudanças climáticas. Na sequência Sr. Wagner Sá explanou sobre três assuntos; cursos d'água dos Rios Iriri e Ribeirão Macuco, das inundações que ocorrem no bairro, e das intimações quanto à ausência de alvarás de construções. Solicitou que o corpo técnico que elaboraram os relatórios da regularização fundiária considerem os moradores, pois estes têm muito a contribuir, devido ao conhecimento que possuem sobre a região. Sr. Marcos Bandini fez duas sugestões: a Comissão de Urbanização realize uma reunião em Caruara com participação dos moradores e, a estruturação de núcleo da Defesa Civil no bairro. Sr. Robson participou que devido há liberação de loteamentos irregulares ocorridos em Caruara está recebendo ameaças e inclusive está correndo risco de vida. Sr. Wagner complementou informando que desde 1993 a Prefeitura de Santos, através de sua Administração Regional, está fixada no bairro do Caruara. Sr. Carlos (Engenheiro/SIEDI) informou que atua como fiscal no bairro há 05 anos, e que não aplicou nenhuma intimação. Salientou que realiza orientações técnicas baseado na lei municipal quando procurado por munícipes, que solicitam informações sobre lotes adquiridos e o que poderá ser feito, esclarecendo à disposição da construção e a área localizada (se em APP, não se pode construir). Deixando claro que quando for realizada a regularização fundiária o lote se enquadrará oficialmente. Sr. Marcos Libório concorda com a observação feita pelo Sr. Bandini quanto a realização de nova reunião no bairro do Caruara. Participou que na Tribuna Cidadão, foi dito pelo Sr. Robson que este, iria repassar os telefones dos Técnicos e Secretários a quem estava dentro do presídio, o que pode ocasionar riscos de vida a estes. Sra. Carla reforçou que o Sr. Robson

repetiu para ela a mesma questão na reunião de hoje e que se sentiu ameaçada, o Sr. Robson confirmou que fez realmente as ameaças tanto na Tribuna do cidadão quanto a Sra Carla Pupim. No item 4, o Presidente participou sobre deliberação nº 369/2020 da FEHIDRO, na qual as Entidades podem concorrer a recebimento de recursos e que esta deliberação, encontra-se no site do Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista (CBH-BS) e a data de entrega de projetos é 26/03/2020. Na continuidade a Sra. Greicilene efetuou atualização do Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA) e participou sobre publicação do decreto nº 8883/2020 referente a criação do Grupo Técnico de Trabalho (GTT) para o PMMA. Sr. Eduardo informou que a próxima reunião da Comissão de Adaptação a Mudança do Clima (CMMC) ocorrerá dia 25/03/2020 na SEMAM. O Presidente informou sobre envio de 10 requerimentos para ciência ao Conselho, encaminhado pela Câmara Municipal de Santos. Sr. Ibrahim citou sobre a tragédia nos municípios da Baixada Santista em decorrência do grande volume de chuva atingindo as áreas dos morros e colocou a importância do COMDEMA dentro do contexto do avanço das áreas de preservação ambiental observou que a cidade de Santos é a mais verticalizada do Brasil, tendo também a maior favela sobre palafitas da América Latina, localiza-se no município de Santos. Ressaltou a importância do COMDEMA dentro do contexto de preservação das áreas ambientais, sendo este, um grande problema no município de Santos, devido ao deslocamento de pessoas em situação de vulnerabilidade para estas áreas. Salientou da necessidade da alteração nas leis quanto à sustentabilidade não só econômica, como social e ambiental. Sr. Marcos Libório informou que esta tragédia acometeu todo o litoral, sendo este um evento extremo, em que chuvas muito severas, atingiram 300 milímetros cúbicos em 72 horas. Participou que esteve nas áreas de deslizamentos acompanhando os trabalhos do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil, ressaltando que esta está muito alerta e sinaliza as áreas de riscos, citou o sistema 40199 (SMS) no qual as pessoas inserem o CEP e recebem mensagem de sinais de alerta. Informou que o COMDEMA é a voz em defesa da Sociedade e do Meio Ambiente. Agradeceu ao Promotor Adriano, aos representantes da prefeitura e as Associações pela presença na reunião de hoje. Informou sobre contratação de empresa para a instalação de ecobarreiras flutuantes nos canais de Santos (retenção de resíduos flutuantes), da medida de Adaptação Baseada no Ecossistema (AbE) na qual será efetuado o replantio (reconstituição) do topo de morro do Monte Serrat, da criação da Seção CECLIMA na SEMAM com olhar climático para a administração pública. O Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e nada mais havendo a ser tratado, a Assembleia foi encerrada, sendo a Ata, depois de lida e aprovada, assinada por mim Glaucia Santos dos Reis e pelo Presidente do COMDEMA.

MÁRCIO GONÇALVES PAULO

Presidente

GLAUCIA SANTOS DOS REIS

Secretária